

Governo Federal libera recursos para o ensino fundamental

Presidente socorre estados

educacional
Empréstimo total será de R\$ 1,4 bilhão e pagamento só no ano 2002

Davi Zacoli

O PRESIDENTE Fernando Henrique Cardoso decidiu ontem socorrer os estados que perderam recursos com a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Nos próximos três anos, estes estados poderão recorrer a um empréstimo do Governo federal num total de R\$ 1,4 bilhão. Desde janeiro do ano passado, quando o fundo entrou em vigor, governadores, como Marcello Alencar (PSDB), do Rio, pressionam o Governo federal para uma solução, que sai agora, há apenas oito meses da eleição. "Não é a solução ideal, mas já estamos no caminho adequado", comentou ontem o secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Marco Aurélio Alencar.

O estado perderá R\$ 370 milhões com a introdução do Fundo. Por ser o mais prejudicado, o Rio foi escolhido para negociar o ressarcimento em nome dos demais estados. O Fundo é composto com 15% dos 25% de recursos que os estados e municípios são obrigados pela Constituição a investir em projetos da área da educação. Contudo, os saques do fundo só podem ser efetuados se o prefeito e o governador provarem que têm alunos matriculados no ensino fundamental (1ª a 8ª séries).

Alguns estados que têm poucos alunos neste nível, como é o caso do Rio de Janeiro, acabaram repassando os recursos para o município. Em São Paulo aconteceu exatamente o contrário, o que agradou o governador Mário Covas (PSDB), candidato do Presidente à reeleição. No Rio, a perda de R\$ 370 milhões neste ano levou o governo a aumentar a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre alguns produtos. "Isso serviu como uma luva para determinados setores aumentarem abusivamente seus preços", acusou Alencar.

Pagamento - Ficou acertado que o

Governo federal fará empréstimos no valor de até 80% da perda sofrida pelo Estado neste ano - o que significará gastos de até R\$ 800 milhões. Em 1999, os recursos serão de, no máximo, 40% da perda e, no ano 2000, de 20%. O pagamento dos empréstimos será feito pelos estados a partir de 2002, durante oito anos. O crédito será corrigido pela média das taxas de remuneração da dívida mobiliária federal. O secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, explicou que os recursos a serem repassados para os estados virão da arrecadação a mais do Governo com o pacote de ajuste fiscal anunciado no fim de 1997.

A perda de recursos pelos estados com a entrada em vigor do novo Fundo de Valorização do Magistério tem provocado uma romaria de governadores ao Palácio do Planalto. Ontem, o Presidente recebeu o governador de Sergipe, Albano Franco (PSDB), e terça-feira, o da Paraíba, José Maranhão, e acalmou os dois, dizendo estar cuidando do problema com a equipe econômica.

Perdas - Franco explicou que não é justo Sergipe, o estado que mais aplica verbas em educação do Nordeste - R\$ 460 por aluno ao ano - ser penalizado, em 1998, com perda de valores da ordem de R\$ 23 milhões a R\$ 25 milhões. Segundo Franco, o Ceará perdeu R\$ 100 milhões. No caso da Paraíba, a perda é de R\$ 144 milhões por ano.

Na audiência de ontem, o presidente Fernando Henrique confirmou ao governador de Sergipe, Albano Franco (PSDB), que irá inaugurar 1.700 casas populares em Aracaju, no dia 6 de fevereiro. Albano Franco negou que seja candidato à reeleição, mas fez campanha pelo Presidente, dizendo que ele deve permanecer à frente do Palácio do Planalto. "Sou candidato apenas a concluir um bom governo", desconversou.